

HABEAS CORPUS Nº 568.061 - MS (2020/0072899-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ANGELA ROSSETI CHAMORRO BELLI
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : HUDSON DE SOUZA DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de HUDSON DE SOUZA DE LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (Apelação n. 0009645-75.2019.8.12.0001).

Consta dos autos que o paciente foi condenado pelo cometimento do crime de tráfico (art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06), às penas de 5 anos de reclusão, em regime semiaberto e pagamento de 500 dias-multa.

Foram interpostas apelações perante o TJMT, restando parcialmente provida a defesa para a concessão do benefício da justiça gratuita e da acusação para aumento da pena para 5 anos, 10 meses de reclusão, em regime semiaberto, e pagamento de 583 dias-multa.

Agora a defesa interpõe o presente mandamus ao entendimento de que o TJMT manteve pena-base em quantum muito acima do mínimo legal, ferindo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sem fundamentação concreta.

Argui que esta Corte entende como parâmetro de aumento a fração de 1/10 para cada circunstância judicial desfavorável nos crimes de tráfico.

Pleiteia, em liminar, a redução da pena-base para próxima do mínimo legal, suspendendo os efeitos do acórdão objurgado até o julgamento deste writ e no mérito, a convalidação da liminar.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de

Superior Tribunal de Justiça

plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator